

LITORAL NORTE

Setor de pesca quer ajudar a definir área de preservação

Participação no debate é um dos sete pontos que serão apresentados ao governo federal

▄ DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

As federações ligadas ao setor produtivo da pesca, além de órgãos estaduais e federais, elegeram sete pontos que serão apresentados ao governo federal para discutir a criação de novas unidades de conservação ambientais. As quatro novas unidades estão sendo propostas pelo Instituto Chico Mendes (ICM-Bio), ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

Entre os pontos levantados pelo setor pesqueiro na reunião ontem na Secretaria de Estado da Agri-

cultura, e que devem pautar a discussão daqui para frente, está o fato de que as entidades do segmento reconhecem a importância de medidas para garantir a sustentabilidade, mas querem participar dos debates antes da definição de áreas e locais.

“Além do mais, o setor já tem uma regulamentação para atuar no mar. Áreas de conservação como as que estão sendo propostas restringiriam mais ainda a atividade”, argumentou o secretário de Estado da Agricultura, Enio Bergoli.

Os pescadores exigem também o limite para autorizações de pesca para as traineiras, que vêm de outros Estados pescar sardinha no Espírito Santo.

CARLOS ALBERTO SILVA



Enio Bergoli acertou exigências junto com federações

Em 30 dias, um novo encontro está programado.

“É importante esse consenso porque já há projetos do governo federal para propor a criação de áreas de conservação semelhantes no litoral Sul do Estado”, disse Bergoli.

AUDIÊNCIAS

O ICMBio chegou a realizar apenas uma das quatro audiências previstas. A programada para Linhares e São Mateus e uma segunda na Bahia não aconteceram semana passada.

Os protestos em relação às novas unidades vieram de todos os setores, sobretudo o da pesca, em função das restrições de produção numa área de 9 milhões de hectares.

PALAVRA DE MINC

Dilma vetará até 14 itens do Código Florestal

RIO

▄ A presidente Dilma Rousseff vetará de 12 a 14 artigos do Código Florestal, disse ontem o secretário estadual do Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Minc. Segundo ele, será editada medida provisória para “impedir que haja um vácuo legislativo”.

“Se vetasse integralmente, valeria o código atual, que tem muitos problemas. Ao vetar vários artigos estruturantes, como anistia, redução de APPs (áreas de preservação permanente), redução (de faixa de floresta) das margens dos rios, pecuárias das encostas, sobre esses pontos (vetados), não haveria (uma legislação)”.

Conforme Minc, a ideia é aproveitar o texto aprovado pelo Senado.